

Resposta à questão nº 2:

Para analisarmos as relações no interior do Império Ultramarino Português entre os séculos XVI e XVIII, é preciso abordar a ideia de Antigo Regime. De acordo com Antônio Hespanha, tal conceito trata-se de uma "monarquia corporativista", na qual o governo é visto como um corpo e cada classe teria uma função. O rei é a cabeça, responsável pelos movimentos, mas que depende do funcionamento das demais partes deste corpo.

Por se tratar de um império com terras na América, África e Ásia, o rei português deveria administrar seus territórios de modo que conseguisse a obediência de seus agentes ultramarinos (governadores, juizes, membros de câmaras locais, naturalistas e outros). Para isso, o rei utilizava-se de uma lógica de "serviço-recompensa". Desse modo, seus agentes ultramarinos atuavam, na maior parte das vezes, esperando uma graça ou mercê, que poderia ser uma promoção na carreira militar, um cargo administrativo mais conveniente ou títulos de nobreza.

A obra de João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Lourenço, o "Antigo Regime nos Trópicos" trata com muitos detalhes de que seria o esquema "serviço-recompensa" na administração da América Portuguesa, por exemplo, e de como as relações sociais estavam muito marcadas por ela. Os autores atentam para como as dinâmicas locais também influenciavam muito no funcionamento desse modo de recompensa. Os títulos de "cavaleiros" de algumas ordens religiosas é um grande exemplo disso.

De acordo com Fernanda Oliveira, enquanto alguns títulos não poderiam ser concedidos mediante o preenchimento de alguns requisitos, como a "pureza" de sangue (como o fa-

to de ~~uma~~ existão-velho), no Império Ultramarino isso não ~~era~~ necessariamente seria necessário. Dependendo do tipo de serviço prestado ao monarca, alguns títulos exclusivos a existões-velhos na Europa, por exemplo, poderiam ser concedidos a existões-novas.

Para citar outro exemplo além da América Portuguesa, podemos mencionar a administração lusitana em Angola. A região tinha um alto índice de mortalidade dos europeus que ali chegavam. Doenças transmitidas por insetos, "febres" adquiridas com o contato com o clima, e outras, dificultaram um aumento na presença lusitana no local. De acordo com Roguinaldo Ferreira, isso era um grande problema para as tropas responsáveis em defender os interesses lusitanos locais, principalmente em assegurar o comércio nas rotas internas. De acordo com o autor, era inenunciável o uso da "luzia Preta", ou seja, de tropas compostas por militares africanos, que utilizaram suas próprias táticas de conflito.

As relações no interior de Angola eram mediadas pelos responsáveis pelos presidios, os capitães-mores. Alianças e conflitos com povos locais eram realizados para "arrasar" chefes africanos, impondo o pagamento de tributos - dentre eles, determinar a quantidade de escravos. Ao prestar um bom serviço, um capitão-mor poderia escrever ao rei, solicitando uma mercê ou um título em troca.

Os crescentes estudos de caso da administração portuguesa na América e África, principalmente, colocam as colônias do Império como algo além do que se defendia na historiografia que se baseava na ideia do "trípé" colonial e o modelo de Plantation. Obviamente que tais estudos foram importantes análises das sociedades coloniais, mas resumiam a economia ao objetivo de exportação. Atualmente, as sociedades que fazem parte do império são vistas de modo mais complexo.

Ademais de abordarmos a ideia de Antigo Regime e a lógica do esquema "serviço-recompensa" para a governabilidade do Império Ultramarino português para analisar as relações em seu interior, gostaríamos de apontar mais um fator determinante: a escravidão.

Entre os séculos XVI e XVIII o tráfico de pessoas no mundo Atlântico foi um importante elemento das relações sociais e econômicas do Império Lusitano. A escravidão africana fomentou a produção de gêneros agrícolas e extração e exploração de riquezas naturais, gerando recursos para os governos locais e o tesouro real. Quanto mais escravos alguém possuísse, mais rico e poderoso era considerado. A cor negra - atrelada à escravidão durante tanto tempo - também passa a ser determinante dentro das relações sociais.

Mesmo no século XVIII, com as ideias iluministas e as reformas pombalinas, ainda se fazia uso do esquema "serviço-recompensa". Alguns estudos, como de Bruno Mayer, defendem que as marcas do Antigo Regime teriam se estendido até a Primeira Guerra Mundial, por exemplo.

Algumas pesquisas recentes apontam para a busca de mercês por agentes ultramarinos já em fins do século XVIII, como o "Viagens Ultramarinas" de Ronald Kaminielli, que se debruça sobre naturalistas do Império Ultramarino pedindo mercês. Ou seja, as relações se basearam nos moldes do Antigo Regime ainda no século XVIII. //

Resposta à questão n° 3:

Abordar o tema cultura e movimentos sociais no Brasil entre 1945 e 1964 é algo bastante desafiador para o professor da educação básica. Trata-se de um período bem amplo e com inúmeros acontecimentos que afetaram profundamente a sociedade brasileira, como o retorno de Vargas ao poder e seu suicídio, o governo JK e a construção da nova capital, a eleição de Jânio Quadros e sua tumultuada sucessão por João Goulart, além do golpe militar em 1964.

Considerando que o saber escolar é diferente do acadêmico, pois possui uma dinâmica própria, que envolve professores, alunos, recursos e outras circunstâncias, o professor da educação básica pode optar por diversos recortes dentro dessa tema e tempo histórico.

A utilização de recursos diferentes do livro didático é sempre uma boa opção, pois chama a atenção do aluno e o leva a pensar que a aula será mais atrativa e interessante. Além disso, o leva a compreender que o conhecimento histórico é algo dinâmico e plural. Nesse sentido, trabalhar com músicas, filmes, literatura e jogos pode ser algo enriquecedor.

Nessa resposta procuraremos apontar alguns caminhos para abordar esse tema. A primeira delas é pedir para que os alunos pesquisem sobre o gênero musical da Bossa Nova: como surgiu, quais os principais nomes quando surgiu. Em seguida, o professor deverá colocar uma música famosa do gênero, como "Garota de Ipanema" e indagar-les se já haviam escutado tal música e se sabem que ela era bossa nova. Após esse momento, o docente deverá explicar a razão pela qual o presidente JK era chamado de "presidente bossa nova" e demonstrar seus feitos na economia (Plano em 5) e a construção de Brasília. Em uma segunda aula, o professor deve pergun-

tar se, na opinião dos alunos, o progresso estava chegando para todos por igual. Em seguida, mostrar a charge que demonstra a imagem de JK e um camponês maltrapilho com bolos vazios. Novamente, o docente deverá perguntar aos alunos e levá-los a compreender a desigualdade social, tão agravada nesse período. Em seguida, o professor deverá demonstrar imagens de protestos no campo e cidades brasileiras do período, e explicar a mobilização de determinados grupos. Por fim, o professor poderá usar uma tabela demonstrando o aumento da dívida externa do país. Tais aulas teriam o objetivo de levar os alunos a refletirem como a cultura musical da época contrastava com o ambiente desigual e que levou à mobilização de grupos sociais a pedirem maior igualdade.

Uma outra proposta é pedir para que os alunos criem um jogo de tabuleiro, no qual eles tenham que demonstrar a situação do trabalhador urbano e rural nesse período. Eles deveriam estudar a consolidação das leis Trabalhistas para criar um jogo de "verdadeiro" ou "falso". Conforme eles respondessem de maneira correta, eles avançariam no tabuleiro. A turma se dividiria em grupos para criar seu jogo. Após a conclusão, os grupos jogariam os tabuleiros uns dos outros. Desse modo, eles aprenderiam sobre leis trabalhistas na hora de criarem o jogo, mas também na hora de jogar o que foi produzido pelos colegas. Para as questões serem criadas, podem ser feitas perguntas comparativas com a situação do trabalhador antes e depois da CLT. Ao final dessa atividade, o professor deverá chamar a atenção deles para uma certa "ausência" do trabalhador rural nessas leis.

Uma outra forma de abordar a cultura e os movimentos sociais, é pedir para que os alunos pesquisem os sambas-enredos de algumas escolas de samba do período e analisem o poder de crítica que pode haver

uma letra de samba de carnaval. O professor deverá estar atento aos resultados obtidos e criar uma ponte para falar do carnaval como algo que foi projetado para ser algo "tipicamente" brasileiro - sob o governo Vargas -, mas que além de um momento cultural pode se tornar um lugar de crítica à desigualdade social brasileira, demonstrando os movimentos sociais do período.

As possibilidades aqui mencionadas buscam valorizar a participação discente e a construção do seu saber histórico de maneira interativa com os colegas e diferentes recursos: músicas, charges, tabelas e jogos. O professor deve ser o mediador entre o aluno e o conhecimento em cada uma das atividades, estando apto para avaliar se o tema foi entendido de modo claro pelos alunos.

Algo que foi muito marcante nesse período foi o exercício do movimento negro. Esse conteúdo também deve ser explorado, usando algumas das metodologias propostas aqui. Ao aprender sobre o Movimento Negro Unificado e o Teatro Experimental do Negro, os alunos compreenderão negro como um agente histórico capaz de se mobilizar para lutar por melhores condições. Isso não se manifestou apenas nos quilombos, mas também durante o século XX e atualmente.

Resposta à questão n° 1:

Entre as décadas de 1940 e 1980 o Brasil viu surgir diversos movimentos sociais organizados por camponeses e trabalhadores rurais.

Durante a Era Vargas, de acordo com Boris Fausto, os trabalhadores receberam uma série de leis que melhoraram suas condições de trabalho e de vida. A redução da jornada de trabalho, o 13° salário, direito às férias e algumas modernizações foram exemplos de tais melhorias, que já vinham sendo buscadas há muito tempo numa mobilização bem organizada dos trabalhadores.

No entanto, o trabalhador rural não se via contemplado por tais direitos. Nas áreas rurais, a Carteira Assinada não era uma realidade nesse período. Pelo menos, não da maioria.

Os camponeses se viam submetidos aos desmandos de seus chefes, donos das terras onde trabalhavam, sem ter o direito de questionar, muitas vezes por medo de represálias como demissão ou até atos violentos realizados por capangas de seus chefes. Além disso, a grande concentração fundiária permitia que sempre as mesmas famílias continuassem a obter mais riquezas, enquanto a maior parte não tinha direito de acesso às terras.

Diante de tanta desigualdade, os trabalhadores rurais começaram a se organizar para denunciar suas condições de trabalho e reivindicar melhorias. Dentre elas, uma distribuição mais igualitária das terras: a Reforma Agrária. Nesse período (1940-1980), em especial tais movimentos foram influenciados por ideias socialistas, a fim de que todos tivessem condições de acesso às

terras e condições dignas de trabalho.

Uma mobilização marcante nesse sentido foram as Ligas Camponesas, que tanto lutaram, mesmo no momento de repressão como a ditadura militar (1964-1985). Seus líderes atuavam de maneira incessante e sendo duramente perseguidos pelo governo brasileiro.

Num ambiente no qual a Guerra Fria era o pano de fundo, as Ligas Camponesas eram chamadas de terroristas, comunistas e que queriam levar o Brasil à desordem. Nesse sentido, a grande mídia (jornais e TV) não se preocupavam em mostrar seus objetivos, mas sim alimentar o discurso feito pelo governo.

Em alguns casos, a Igreja Católica apoiava determinados movimentos sociais camponeses, pois conviviam com eles e sabiam de suas duras condições de trabalho e extrema desigualdade e repressão com a qual eram tratados.

Não era rara a ocorrência de massacres de centenas de pessoas, que estavam lutando para denunciar as condições duras da vida no campo.

O Movimento dos Sem-Terra (MST) herdou tais questões e hoje é o principal grupo na luta por igualdade no campo e reforma agrária. Infelizmente, tais questões ainda existem, mas não são educadas em divulgação em massa, fazendo, muitas vezes, que o MST seja visto de maneira preconceituosa e pejorativa por alguns setores sociais, principalmente urbanos.